

VI seminário CETROS

CRISE e MUNDO do TRABALHO no BRASIL

desafios para a classe trabalhadora

22, 23 e 24 de Agosto de 2018 - UECE

(Auditório Central - Campus do Itaperi)

ISSN: 2446-8126



O TRABALHO, SUAS METAMORFOSES E O SERVIÇO SOCIAL NO CENÁRIO DE LUTA E RESISTÊNCIA

Josedna da Silva Dias¹

RESUMO: O presente ensaio visa discorrer sobre a centralidade do trabalho e suas metamorfoses, no âmbito do capitalismo, bem como no processo de produção da riqueza e da reprodução social. Para tal, aprofunda-se nos desdobramentos da sociedade capitalista, marcada pelo imperialismo americano, materializada pela crise do capital e reestruturação das relações no trabalho contemporâneo, particularizada pela precarização e alienação. Aborda a relação Trabalho e Serviço Social como profissão e que, na condição de trabalho assalariado e improdutivo, o Assistente Social se insere nesta dinâmica social contraditória, com a possibilidade de redimensionar sua atuação profissional, principalmente em tempos de luta e resistência. Apresenta os desdobramentos da crise político-institucional brasileira, na conjuntura do golpe de 2016, exigindo dessa categoria profissional a defesa dos direitos da classe trabalhadora e o fortalecimento dos movimentos sociais.

Palavras-Chave: Trabalho. Capital. Serviço Social.

1 Introdução

Este tema instiga o debate sobre a relação do trabalho e suas metamorfoses com a categoria profissional do Serviço Social, em um contexto societário de transformações radicais no âmbito do trabalho, sob a égide do capitalismo contemporâneo, especialmente, no interior da grave crise política-econômica-institucional e social que tem acometido o Brasil. Tal crise gestou o golpe de Estado em 2016, que trouxe em seu bojo sequelas irreparáveis para o cidadão e para a classe trabalhadora, rompendo brutalmente com as instituições democráticas de direito.

Serão apresentadas as várias configurações que o trabalho assumiu no decorrer do processo histórico, com alterações na estrutura produtiva e no mercado do trabalho, vivenciando na atualidade um caminhar severo de precarização estrutural. Aqui, serão reveladas as barbáries que os interesses políticos e econômicos do capital financeiro

¹ Mestranda em Serviço Social, Trabalho e Questão Social pela Universidade Estadual do Ceará (UECE). E-mail: josednadias@yahoo.com.br

VI seminário CETROS
CRISE e MUNDO do TRABALHO no BRASIL
desafios para a classe trabalhadora

22, 23 e 24 de Agosto de 2018 - UECE
(Auditório Central - Campus do Itaperi)

ISSN: 2446-8126



internacional, principalmente do imperialismo americano, têm trazido à humanidade, alienando, explorando e escravizando.

Nesse contexto, será analisada a imbricação entre Trabalho e Serviço Social, a partir da centralidade do trabalho e da questão social inserida como objeto da formação e intervenção do Assistente Social, como profissão inscrita na divisão social e técnica do trabalho, constituída em uma especialização do trabalho coletivo, bem como de trabalhador assalariado. Situação esta que torna o mencionado profissional relativamente autônomo na relação de compra e venda dessa força de trabalho a empregadores diversos.

Será revelado o esboço do golpe de 2016, de caráter jurídico-parlamentar-midiático, bem como o declínio do ensaio desenvolvimentista, em função do ciclo de acirramento das políticas neoliberais, permeado por contrarreformas que atentam contra os interesses dos trabalhadores. Essa conjuntura conclama para que a categoria profissional de Serviço Social, mesmo subordinada às normas de enquadramento institucional, organize-se e se mobilize no interior de um movimento dinâmico e dialético de trabalhadores. Nesse sentido, os profissionais da aludida categoria devem repensar a si mesmos e a sua forma de intervenção no campo da atuação profissional, lutando, resistindo, repudiando e combatendo o perverso desmonte dos direitos dos trabalhadores por uma elite político-econômica conservadora e de vertente neoliberal.

2 O trabalho e suas metamorfoses sob a égide do capital

O desenvolvimento social global impõe sempre novas demandas aos complexos sociais. Por sua vez, o impulso determinante desse desenvolvimento é a evolução do trabalho, que se dá nesse processo que se complexifica. Assim, o trabalho é entendido como a categoria fundante da reprodução social, constituindo-se no conjunto de mediações que exerce o momento predominante no desenvolvimento historicamente determinado pelas diversas formações sociais.

VI seminário CETROS

CRISE e MUNDO do TRABALHO no BRASIL

desafios para a classe trabalhadora

22, 23 e 24 de Agosto de 2018 - UECE

(Auditório Central - Campus do Itaperi)

ISSN: 2446-8126



Para Lessa (2015), essa totalidade inserida na sociedade burguesa capitalista corresponde à síntese das relações sociais movidas pela reprodução do capital, sendo esse um fenômeno criado pelos próprios homens e que passou a dominar perversamente suas vidas. O capital, por exemplo, é uma criação do homem que escraviza o próprio homem, que aliena, que explora, sendo bem definido como desumano, a forma mais nefasta de alienação na contemporaneidade, constituindo-se numa negação social do ser humano.

No âmbito da sociedade capitalista, em conformidade com Antunes (2011), foram vivenciadas formas transitórias dos modos de produção, ou seja, transição do modo fordista (relação um homem/uma máquina/verticalização) para o modelo toyotista (relação homem/várias máquinas/polivalência/horizontalização). Nesse contexto, desdobramentos agudos foram realizados em relação aos direitos trabalhistas, gerando um processo de desregulamentação e flexibilização do trabalho, chegando-se ao patamar da substituição e eliminação no universo da produção dos direitos sociais e das conquistas alcançadas historicamente pelos trabalhadores.

Destarte, para Iamamoto (2001), surgiram novas mediações históricas que se iniciam pela lógica financeira do regime de acumulação, com uma disposição para provocar crises e quadro recessivo no mundo inteiro. Prevaecem os investimentos especulativos no lugar da produção, causando a redução dos níveis de emprego, do agravamento da questão social e do retrocesso das políticas públicas sociais.

Outro aspecto importante na visão de Iamamoto (2001) é a “acumulação flexível” que substituiu o padrão fordista, com mudanças radicais na forma de organização da produção e consumo da força de trabalho. Desse modo, predomina a exigência de redução dos custos e aumento sem limites das taxas de lucratividade, impondo a necessidade de um trabalhador polivalente, bem como um crescente enxugamento das empresas por conta da terceirização e desenvolvimento tecnológico, acarretando conseqüentemente a redução do quadro de pessoal e precarização das condições de trabalho.

Ademais, aconteceram transformações radicais nas relações entre Estado e sociedade civil, por meio da orientação neoliberal para adoção das políticas de ajustes, firmadas no Consenso de Washington, resultando em um elevado processo de privatização do bem

VI seminário CETROS

CRISE e MUNDO do TRABALHO no BRASIL
desafios para a classe trabalhadora

22, 23 e 24 de Agosto de 2018 - UECE
(Auditório Central - Campus do Itaperi)

ISSN: 2446-8126



público, além de reduzir despesas no âmbito dos serviços públicos e nos gastos sociais. Desse modo, o Estado tem se posicionado cada vez mais submisso aos interesses políticos e econômicos do capital financeiro internacional em detrimento dos interesses da soberania nacional.

Tem sido verificada, no capitalismo contemporâneo, uma múltipla processualidade, que, por sua vez, é contraditória, cujo resultado mais brutal, conforme Antunes (2011) é o alargamento sem precedentes do desemprego estrutural em escala global. Nesse cenário, são evidenciados, por um lado, a redução do operariado industrial e fabril; por outro, o aumento do subproletariado, do trabalho precário, do trabalho assalariado no setor de serviços, revelando um processo heterogêneo, fragmentado e complexificado da classe trabalhadora.

Para Antunes (2011), com essas alterações na estrutura produtiva e no mercado do trabalho, deu-se a inserção e ampliação da exploração da mão-de-obra feminina através da ocupação em tempo parcial, por meio de trabalhos domésticos subordinados ao capital.

Além disso, presenciou-se de forma notória o que Antunes (2011) denomina de processo de “intelectualização” de parte da classe trabalhadora, que, nesse estágio, deixa de realizar diretamente a transformação de objetos materiais, destinando-se a atuar na supervisão do processo produtivo em máquinas computadorizadas.

Destarte, as metamorfoses vivenciadas pelo trabalho caracterizadas pela sua precarização, imposto pelos capitais globais, nas últimas décadas, acentuou sua lógica destruidora e estado de barbárie, que Antunes (2011, p.191) considera como

[...] uma aguda destrutividade, que no fundo é a expressão mais profunda, da crise estrutural que assola a (des)sociabilização contemporânea: destrói-se força humana que trabalha; destroçam-se os direitos sociais; brutalizam-se os enormes contingentes de homens e mulheres que vivem do trabalho; torna-se predatória a relação produção/natureza, criando-se uma monumental “sociedade descartável”, que joga fora tudo que serviu como “embalagem” para as mercadorias e o seu sistema, mantendo-se, entretanto, o circuito reprodutivo do capital.

Nessa lógica da “sociedade descartável”, o capital não existe sem fazer uso do trabalho humano. Porém, ele reduz o trabalho vivo, mas não o elimina, precariza a relação de emprego em proporções elevadas, mas não pode extingui-lo.

VI seminário CETROS

CRISE e MUNDO do TRABALHO no BRASIL

desafios para a classe trabalhadora

22, 23 e 24 de Agosto de 2018 - UECE

(Auditório Central - Campus do Itaperi)

ISSN: 2446-8126



Mészáros (2012) sustenta que questão dos interesses nacionais está centrada no imperialismo americano, em que os Estados Unidos se legitimam utilizando a força e extremas formas de violência quando seus propósitos e suas decisões arbitrárias ao mundo são afetados. A ação imperialista americana, em sua posição dominante e opressora, representa um perigo iminente para o fim da humanidade, podendo, inclusive, deflagrar uma terceira guerra mundial. Os graves problemas conflituosos entre Estados Unidos e China, pela posição crescente de desenvolvimento econômico desta última, figura em uma condição bastante ameaçadora para os Estados Unidos.

A forte dominação se materializa através do “imperialismo do dólar” sobre os órgãos de intercâmbio econômico (FMI, Banco Mundial, GATT, Organização Mundial do Comércio). No campo da tecnologia de computadores, põe a Microsoft na condição de quase monopólio mundial, inclusive, existindo “um código secreto embutido nos programas da Microsoft, que permite aos serviços militares e de inteligência dos Estados Unidos espionarem qualquer pessoa do mundo que seja usuária do ‘Windows’ e da ‘Internet’” (MÉSZÁROS, 2012, p. 50-51).

Para Mészáros (2012) a responsabilidade social dos cientistas em lutar contra os perigos da militarização da ciência e em prol da defesa indispensável do desarmamento nuclear é de suma importância, exemplificando o papel de Albert Einstein como militante anti-imperialista, que lutou até a morte contra às exigências imorais norte-americanas.

Nessa lógica de organização revolucionária, os movimentos operários têm apresentado um caráter fragmentado, setorial e parcial combinado com uma articulação defensiva do movimento sindical, não sendo capaz de “superar as graves limitações de sua postura defensiva em relação ao capital por ter permanecido setorial na sua articulação industrial e política” (MÉSZÁROS, 2012, p.92).

O capital fez expandir o fenômeno social do estranhamento (ou da alienação), como barreiras sociais que se opõem ao desenvolvimento da individualidade emancipada.

Perante essa cruel realidade, questiona-se criticamente a que ponto chegou a humanidade, ao grau exacerbado de submissão, de subserviência, em que os homens são sucumbidos aos ditames do capital na sociedade contemporânea, movidos pela hegemonia do



imperialismo americano. Valores emancipatórios, como a ética, têm sido alijados do cotidiano. O capital passa por cima de tudo e de todos em prol dos seus interesses, porque não existe nenhuma questão ética para o capital.

4 O trabalho do serviço social em tempos de luta e resistência.

É praticamente incontestável a intrínseca relação existente entre Serviço Social e questão social, a partir da nova proposta de reformulação curricular, em que a centralidade do trabalho e da questão social foi inserida como objeto da formação e intervenção profissional do Assistente Social.

Conforme Ianni (1992), a questão social na atualidade está nos pilares dos movimentos sociais e se expressa nas lutas por melhores condições de trabalho e de vida. Convertem-se em impasses do sistema político, questionando as disparidades econômicas, políticas e culturais que permeiam as relações entre Estado e sociedade no seio das relações sociais do capital.

Resgatando a dupla dimensão que o Serviço Social exerce na divisão social e técnica do trabalho, Netto (2011, p. 76) afirma que

[...] o Serviço Social não desempenha atividades produtivas, mas se insere nas atividades que se tornaram acólitas dos processos especificamente monopólicos da reprodução, da acumulação e da valorização do capital; o caráter efetivamente não liberal do seu exercício profissional (salvo em situações inteiramente atípicas) radica menos na sua inserção naquele arco de atividades do que na natureza executiva do seu ofício, que só pode ser realizada pela mediação organizacional de instituições, públicas ou não – donde a massividade da relação profissional assalariada.

Assim, os Assistentes Sociais são trabalhadores assalariados, que, apesar de não produzirem diretamente mais-valia, sobrevivem do produto-valor gerado pelo capital e atuam como trabalhadores improdutivos, vivendo da redistribuição das mercadorias no âmbito da circulação. Com base em Raichelis (2011), é necessário refletir o trabalho do Assistente Social na sociedade contemporânea, na condição de classe trabalhadora que vende sua força

VI seminário CETROS

CRISE e MUNDO do TRABALHO no BRASIL

desafios para a classe trabalhadora

22, 23 e 24 de Agosto de 2018 - UECE

(Auditório Central - Campus do Itaperi)

ISSN: 2446-8126



de trabalho em troca de um salário, submetido aos impasses e constrangimentos igualmente vivenciados por todos os trabalhadores assalariados.

Para a autora, exige-se a superação da visão liberal que permeia a prática profissional do Assistente Social, na mera relação dualista e individual entre o profissional e os sujeitos para os quais prestam seus serviços (usuários). Em sua intervenção, os impasses vivenciados pelo Assistente Social, como trabalhador assalariado, e os seus empregadores são bem mais complexos e interferem diretamente na sua autonomia relativa, que tencionam o projeto ético-político profissional. Tais empregadores definem os limites e possibilidades para a consolidação de tal projeto, quando delimitam os recortes da questão social, as funções e atribuições profissionais, bem como determinam as condições materiais, humanas, financeiras e institucionais para o exercício de suas práticas.

Por outro lado, Raichelis (2011) demonstra a relevância das dimensões subjetivas e que, no plano da consciência, o profissional deve ressignificar o sentido do seu trabalho, bem como as representações que elabora e as justificativas que constrói para legitimar sua prática profissional. Nesse sentido, o trabalho do Assistente Social deve ser compreendido como

[...] expressão de um movimento que articula conhecimentos e luta por espaços no mercado de trabalho; competências e atribuições privativas que têm reconhecimento legal nos seus estatutos normativos e reguladores (Lei de Regulamentação Profissional, Código de Ética, Diretrizes Curriculares da formação profissional), cujos sujeitos que a exercem, individual e coletivamente, se subordinam às normas de enquadramento institucional, mas também se organizam e se mobilizam no interior de um movimento dinâmico e dialético de trabalhadores que repensam a si mesmos e a sua intervenção no campo da ação profissional (RAICHELIS, 2011, p. 429).

Nesse espaço contraditório, emerge a implementação das políticas sociais em um verdadeiro jogo de conflitos, envolvendo protagonistas, estratégias e interesses diversos, em que, conforme Netto (2011, p. 30), são políticas fundamentadas nas diversas expressões da questão social, sendo através delas que o Estado burguês no capitalismo monopolista visa “[...] atender as demandas da ordem monopólica, conformando, pela adesão que recebe de categorias e setores cujas demandas incorporam sistemas de consensos variáveis, mas operantes”.

VI seminário CETROS

CRISE e MUNDO do TRABALHO no BRASIL

desafios para a classe trabalhadora

22, 23 e 24 de Agosto de 2018 - UECE

(Auditório Central - Campus do Itaperi)

ISSN: 2446-8126



A política social é uma estratégia que o Estado utiliza para intervir no controle das contradições existentes na relação capital-trabalho geradas no campo da produção e reprodução da força de trabalho, buscando realizar o consenso a fim de garantir a relação dominação-subalternidade. Também, deve desencadear respostas da sociedade e do bloco da classe trabalhadora voltados para a manifestação de resistências e defesas dos seus direitos.

Porém, para Iamamoto (1997), falar de questão social e desigualdades requer falar dos movimentos de rebeldia, luta e resistência que fazem parte da atuação profissional do Assistente Social, inserido nessa relação de interesses sociais divergentes, que movem a vida em sociedade.

Assim, no contexto contemporâneo da crise econômica e política brasileira do golpe de 2016, exige-se o empenho dos Assistentes Sociais no fortalecimento dos movimentos sociais e defesa dos direitos socialmente conquistados.

Iamamoto (2017) considera esta crise um verdadeiro retrocesso político-institucional, originada na crise suscitada na Europa, no ano de 2007, instigada pela falência do Banco Lehman, em 2008, estendendo-se pela zona do euro e pelo circuito mundial. Para a autora, a crise econômica no Brasil coexiste e tem se prolongado ao lado de uma crise política expressa por elevados radicalismos de direita, desmonte dos direitos arduamente alcançados pelos trabalhadores, bem como o desenvolvimento extremo da privatização do bem público.

Esse quadro materializa o golpe de Estado no ano de 2016 como um golpe político institucional contra a democracia, desfechado pelas elites econômico-políticas, apoiado pela grande mídia, que desencadeou no impedimento da Presidenta Dilma Rousseff. Conforme Iamamoto (2017) ele foi orquestrado em comunhão com os grandes centros mundiais de poder contra os governos progressistas da América.

Carvalho e Guerra (2017) compartilham com a ideia de Iamamoto (2017), afirmando que este golpe de Estado possui um caráter jurídico-parlamentar-midiático, impulsionado pelo comando do capital através de severas medidas de ajustes e reformas.

Para as aludidas autoras, o golpe foi maquiavelicamente arquitetado pelos grupos dominantes, na disputa das relações de classes, possuindo um caráter processual construído historicamente. Compreender criticamente o golpe de 2016 exige o conhecimento das suas

VI seminário CETROS

CRISE e MUNDO do TRABALHO no BRASIL

desafios para a classe trabalhadora

22, 23 e 24 de Agosto de 2018 - UECE

(Auditório Central - Campus do Itaperi)

ISSN: 2446-8126



causas, vislumbradas por contradições, tensões, vitórias, conquistas, omissões e limites, no decorrer da trajetória governamental dos mandatos dos Presidentes Lula e Dilma Rousseff.

Conforme Carvalho e Guerra (2017), a estratégia utilizada durante os 13 (treze) anos do Partido dos Trabalhadores à frente da Presidência da República, infelizmente, adotou os moldes tradicionais da política brasileira, reproduzindo alianças com as elites e mediando um “pacto conciliatório” entre as classes dominantes e a massa popular.

A negociação no Parlamento, por meio de conchavos e acordos, típicos do que as autoras denominam de “pequena política”, enveredou-se por caminhos tortuosos e desmobilizou socialmente a população, enfraquecendo, assim, os movimentos sociais de base. Os respectivos governos deixaram de fortalecer o poder popular e reivindicar pressões sobre o Parlamento capazes de barganhar políticas públicas progressistas e reformas mais radicais.

Com base em Singer (2016), os elementos fundamentais que não permitiram o êxito do projeto econômico e político sob o comando dos governos petistas, na matriz “ensaio desenvolvimentista”, também chamada de “neodesenvolvimentismo”, teve seu acirramento no Governo Dilma, marcados pelo ativismo estatal, em busca da reindustrialização, e pelo viés antiliberal com os quais a Presidente, com seu rigor técnico, assumiu brigas inéditas.

Para o autor, as medidas de governo adotadas pela Presidente Dilma foi de elevada “ousadia intervencionista”, apostando na redução de juros, no uso intensivo do crédito do BNDES, na reindustrialização, bem como nas desonerações de pagamentos para setores de mão de obra. Ademais, evidenciou-se os investimentos em Plano para infraestrutura, reforma do setor elétrico, desvalorização do Real, controle de capitais e proteção ao produto nacional.

No mandato da Presidente Dilma evidenciou-se uma descontinuidade política em relação ao governo de Lula ao enfrentar frações de classes poderosas, ao reduzir os juros e os *spreads* bancários, tencionando o pacto estabelecido com o setor financeiro. Assim, os diversos interesses empresariais foram contrariados, tendo à frente os bancos privados, que se uniram à hegemonia do capital, contando com o apoio da classe média, contra o “ensaio desenvolvimentista”, reagindo e exigindo uma transformação da política econômica.

VI seminário CETROS

CRISE e MUNDO do TRABALHO no BRASIL

desafios para a classe trabalhadora

22, 23 e 24 de Agosto de 2018 - UECE

(Auditório Central - Campus do Itaperi)

ISSN: 2446-8126



A perda do controle sobre a política econômica e do pleno emprego, aliando-se ao aumento do número de greves e a elevação da parcela de faturamento dos rendimentos do trabalho, revelou a luta de classes promovida pelo ensaio desenvolvimentista.

Dilma Rousseff, em sua luta ferrenha contra o capital, indis pôs-se com forças poderosas, não percebendo que seu movimento ativista precisaria, incondicionalmente, de elevado apoio social. A Presidente, ao tentar reverter o quadro crítico, com políticas de austeridade fiscal, cortes dos gastos federais, acabou elevando o desemprego e atingindo o trabalhador urbano precarizado e o proletariado sindicalizado. Sua gestão já havia entrado em colapso e, com o advento da crise política instaurada pela Operação Lava Jato, o modelo desenvolvimentista teve seu fim.

A operação “Lava Jato”, com sua configuração político-midiática, assumiu marco decisivo na trama do golpe e centralidade na cena política brasileira, disseminando a desconfiança no Partido dos Trabalhadores, qualificado como partido da corrupção.

Carvalho e Guerra (2017), afirmam que a desordem jurídica causada pela operação “Lava Jato” apresentou medidas judiciais tidas como ilegais e inconstitucionais, ao lado da seletividade grosseira do zelo persecutório, da forma aberrante da mídia ao serviço das elites políticas, bem como o acelerado ativismo judicial aparentemente anárquico, que apresentou 27 (vinte e sete) liminares visando o mesmo ato político.

Apesar das contradições do lulismo, nos diferentes ciclos dos governos petistas, destacaram-se conquistas e avanços históricos que promoveram, de forma inédita, a ascensão social da população pobre e miserável, por meio de políticas públicas de combate à acirrada desigualdade social brasileira herdada da formação escravista colonial.

Dentre as ações de elevado impacto social implementadas pelos governos petistas, merecem destaque:

[...] crescimento do gasto público com os programas de transferência de renda que combateram a pobreza extrema e absoluta; aumento real do salário mínimo de 70% entre 2003 a 2013; recusa de Lula e de Dilma a desmontar a CLT, rejeitando, por exemplo, o projeto do “negociado sobre o legislado” e o projeto de terceirização ampla e irrestrita do mercado de trabalho; criação de um marco regulatório do Pré-Sal, com recursos destinados à saúde e à educação; políticas de afirmação de direitos de segmentos historicamente discriminados em suas diferenças, com destaque para

VI seminário CETROS

CRISE e MUNDO do TRABALHO no BRASIL

desafios para a classe trabalhadora

22, 23 e 24 de Agosto de 2018 - UECE

(Auditório Central - Campus do Itaperi)

ISSN: 2446-8126



as políticas de igualdade racial e políticas voltadas para a população LGBTT [...] (CARVALHO E GUERRA, 2018, p. 7).

Corroborando com o pensamento de Carvalho e Guerra (2018), as elites brasileiras neoliberais, insatisfeitas com o social liberalismo alavancado nos governos de Lula e Dilma, reagiram radical e brutalmente através do golpe, impondo medidas de contrarreformas e ofensa aos direitos dos trabalhadores pelo Governo ilegítimo de Michel Temer. Foram materializadas medidas sucessivas e perversas como remodelagens no aparato estatal, reforma da previdência, reforma trabalhista, mudança no marco regulatório do Pré-Sal, reforma do Ensino Médio, pelas imposições da “Escola sem Partido” e PEC 241/55 que congelou o teto dos gastos sociais por 20 anos.

Diante de tal conjuntura, Iamamoto (2017) sintetiza que o Serviço Social é convocado a resistir e lutar incondicionalmente pelos direitos sociais da classe trabalhadora e dos oprimidos, defendendo a manutenção e ampliação do trabalho, bem como dos direitos conquistados e das políticas públicas democráticas.

Carvalho e Guerra (2018) sinalizam o resgate do trabalho de educação política de base, fortalecendo os movimentos sociais, bem como os processos de organização e capacitação, a fim de decifrar suas expressões socioculturais. A inserção de outros segmentos nesse processo é de fundamental importância, devendo aglutinar novos sujeitos coletivos como trabalhadores camponeses; a juventude organizada na defesa do ensino, do direito ao passe livre, em núcleos de cultura; as nações indígenas; os afrodescendentes, os grupos LGBT e as mulheres organizadas na defesa do trabalho e contra a violência doméstica, os assalariados da indústria e dos serviços; os migrantes e deslocados, dentre outros.

Segundo Iamamoto (2017), determinadas bandeiras de luta se tornam imprescindíveis nas pautas de reivindicações dos Assistentes Sociais, voltadas para a defesa da seguridade social na disputa pelo fundo público e contra a securitização da Previdência Social; a defesa pelo Sistema Único de Assistência Social e contra o seu desmonte, combatendo o retorno do “primeiro-damismo” e a desprofissionalização da profissão; a defesa pelo Sistema Único de Saúde e a recusa à sua privatização. Trata-se, fundamentalmente, de

VI seminário CETROS
CRISE e MUNDO do TRABALHO no BRASIL
desafios para a classe trabalhadora

22, 23 e 24 de Agosto de 2018 - UECE
(Auditório Central - Campus do Itaperi)

ISSN: 2446-8126



repudiar a criminalização das classes trabalhadoras diante do exercício de suas manifestações populares em busca de seus direitos.

5 Considerações finais

No decorrer do processo histórico, o trabalho sofreu formas transitórias dos seus modos de produção, na passagem do fordismo para o toyotismo, culminando em seus moldes nefastos regidos pela lógica financeira e de acumulação, provocando crises mundiais, prevalecendo os investimentos especulativos no lugar da produção, com sequelas devastadoras expressas pela drástica redução dos níveis de emprego, agravamento da questão social e retrocesso das políticas públicas sociais.

No presente artigo, foi possível vislumbrar diversos elementos que revelaram a severidade do imperialismo americano no âmbito do capitalismo financeiro, fatores estes que têm cotidianamente influenciado e prejudicado a vida da humanidade. Essa cruel realidade invoca a extrema necessidade de se formar uma frente contra hegemônica, consciente e voltada para o combate e superação do capital, que, por sua vez, não se constitui em uma missão de fácil envergadura.

No seio da dominação capitalista de cunho neoliberal, foi realizada uma análise da conjuntura do recente golpe de estado do Brasil, deflagrado em 2016, que tem repercutido e assustado a vida dos brasileiros, produzindo o desmonte dos direitos sociais e o retrocesso das políticas públicas, historicamente conquistados no contexto de tantas lutas e opressões.

Procedeu-se a análise da intrínseca relação entre Serviço Social e Trabalho, em que o Assistente Social, inserido num espaço institucional demarcado por tensões e contradições, na condição de trabalhador assalariado, tem sofrido quase as mesmas opressões dos seus usuários, apresentando uma relativa autonomia para implementar o projeto ético-político da profissão, por estar submisso aos seus empregadores.

É imperioso não esquecer as possibilidades concretas de trabalho do Assistente Social, que, no quadro atual, não são tão satisfatórias, por conta desse processo de terceirização e precarização das relações de trabalho. Nessa situação, o referido profissional

VI seminário CETROS

CRISE e MUNDO do TRABALHO no BRASIL

desafios para a classe trabalhadora

22, 23 e 24 de Agosto de 2018 - UECE

(Auditório Central - Campus do Itaperi)

ISSN: 2446-8126



atua em um cenário em que predominam os vínculos temporários de contratação com salários muito baixos, assim como exploração da sua mão-de-obra, por instituições que, burlam o ordenamento trabalhista e tolem esses profissionais de seus direitos.

Grandes desafios têm sido enfrentados no campo do trabalho do Assistente Social, devendo permanecer o compromisso ético-político profissional de avançar na luta coletiva a partir da construção de espaços, inclusive, com a participação de novos sujeitos capazes de fortalecer o enfrentamento e resistência diante das múltiplas formas de opressão, da política de espoliação de riquezas, de direitos e de políticas públicas. Tais desafios exigem a adoção de estratégias diversificadas, que foram sinalizadas nesse trabalho, e que exigem a luta incansável para sua implementação, independente da área de atuação do Assistente Social.

Diante do estudo em voga, foi possível concluir a elevada importância que o Assistente Social assume nesse processo de construção e defesa de direitos no Brasil. Por fim, corroboram com a ideia deste trabalho as palavras de Einstein: “[...] existe uma lei não escrita, da nossa consciência, que é muito mais impositiva que qualquer outra que venha a ser inventada em Washington. E, naturalmente, existem armas definitivas a nossa disposição: a não cooperação e a greve”.

Referências

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao Trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade no mundo do trabalho**. 15. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **Questão social no capitalismo**. Temporalis, Brasília (DF) ano 2, n. 3, jan./jul. 2001.

LESSA, Sérgio. **Para compreender a ontologia de Lukács**. 4. ed. São Paulo: Instituto Lukács, 2015.

_____. **Mundo dos Homens: Trabalho e ser social**. 3. ed. São Paulo: Instituto Lukács, 2012.

_____. **Serviço Social e Trabalho: Porque o Serviço Social não é Trabalho**. 2. ed. São Paulo: Instituto Lukács, 2012.

VI seminário CETROS

CRISE e MUNDO do TRABALHO no BRASIL

desafios para a classe trabalhadora

22, 23 e 24 de Agosto de 2018 - UECE

(Auditório Central - Campus do Itaperi)

ISSN: 2446-8126



MÉSZÁROS, István. **O século XXI: socialismo ou barbárie?** Tradução Paulo César Castanheira. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2012.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social.** 8. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

TONET, Ivo. **Educação, Cidadania e Emancipação Humana.** Disponível em: <http://ivotonet.xpg.uol.com.br/arquivos/EDUCACAO_CIDADANIA_E_EMANCIPACAO_HUMANA.pdf>. Acesso em: 04 de jul. 2017.